

Secretaria Geral Parlamentar Secretaria de Documentação Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 2028/2017 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PROPONDO A REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 0546/17.

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do nobre Vereador Eduardo Tuma, que altera o art. 1º da Lei nº 9.479, de 8 de junho de 1982, e dá outras providências

O projeto recebeu parecer pela legalidade com substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa; e parecer favorável das Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; de Educação, Cultura e Esportes; e de Finanças e Orçamento, nos termos do referido substitutivo.

Tendo em vista a aprovação da Emenda nº 1 na forma do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, foi o projeto encaminhado a esta Comissão para a elaboração do parecer propondo a sua redação final, com fundamento no art. 259 do Regimento Interno.

Feitas as modificações necessárias à incorporação ao texto das alterações aprovadas, segue abaixo o texto com a redação final ao projeto:

PROJETO DE LEI Nº 0546/17

Altera o art. 1º da Lei nº 9.479, de 8 de junho de 1982, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

- Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, por Ato Adminstrativo, a renovar a concessão de área municipal, por até 20 (vinte) anos, situada na Av. Marquês de São Vicente, 2724 Barra Funda, São Paulo SP, 05036-040, CADLOG 06.471-8, para manutenção de centro esportivo, considerando os relevantes servicos sociais e culturais prestados.
- Art. 2º A concessão poderá ser renovada por mais uma única vez subsequente por até 20 (vinte) anos, desde que atendida a contrapartida fixada pelo Poder Executivo Municipal.
- Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orcamento vigente, suplementadas se necessário.
- Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 18/12/2017.

Mario Covas Neto - PSDB - Presidente

João Jorge - PSDB

José Police Neto - PSD

Reis - PT

Soninha Francine - PPS - Relatora

Este texto não substitui os publicados no Diário Oficial da Cidade em 19/12/2017, p. 98, e 15/03/2018, p. 80

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.